

Nem todxs são paralímpicos, mas todxs vencedorxs

Luciano Cerqueira¹

Graças ao sucesso dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, que muitas pessoas declaravam um fracasso antes de acontecer, as vendas de ingressos para os Jogos Paralímpicos estão aumentando exponencialmente. Que bom! Vejo amigxs comprando ingressos e marcando ida aos jogos com o mesmo entusiasmo de um mês atrás. Fico muito feliz ao ver isso. Estarão presentes no nos Jogos Paralímpicos do Rio cerca de 4 mil participantes (destes, 285 são brasileirxs), divididos em 23 modalidades e 523 provas.

Mas ao mesmo tempo em que fico feliz (e acho que quem irá competir também ficará, pois irá encontrar um bom público presente), fico muito surpreso com esse interesse repentino. Isso porque, no nosso dia-a-dia a relação com as pessoas com deficiência é bem diferente. Temos descaso, indiferença e a falta de respeito. No cotidiano a história é outra.

Quando olhamos a história da humanidade, vemos que dois tipos de comportamento prevaleceram com respeito as pessoas com algum tipo deficiência: rejeição e eliminação sumária (praticada desde romanos a povos originários brasileiros) ou proteção assistencialista e piedosa de outro. Acho que já passamos destas duas etapas na maioria dos países, mas ainda estamos longe do ideal.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 10% da população, ou seja, 650 milhões de pessoas, vivem com algum tipo de deficiência. No Brasil, segundo o IBGE, existiam em 2010 45,6 milhões de pessoas (23,9% da população brasileira) vivendo com algum tipo de deficiência, fosse ela auditiva, visual, física ou intelectual². E estes números tendem a aumentar segundo a OMS³, devido aos avanços da medicina⁴, ao crescimento demográfico, ao alto número de pessoas atingidas por algum tipo de guerra e ao processo de envelhecimento. Ou seja, você pode não nascer com deficiência, mas pode adquirir uma.

Números que já são altos, subiriam ainda mais se utilizarmos o conceito elaborado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, de 2007, da qual o Brasil é signatário. Segundo a Convenção, devemos alterar o modelo médico para o modelo social, o qual esclarece que o fator limitador é o meio em que a pessoa está inserida e não a deficiência em si, remetendo-nos à Classificação Internacional de Funcionalidades (CIF). Tal abordagem deixa claro que as deficiências não indicam, necessariamente, a presença de uma doença ou que o indivíduo deva ser considerado doente. Assim, a falta de acesso a bens e serviços deve ser solucionada de forma coletiva e com políticas

¹ Pesquisador do Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior (GEA-ES) da Flacso Brasil e Doutorando do Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da UERJ.

² Censo 2010, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

³ Organização Mundial de saúde (OMS).

⁴ Com os avanços da medicina hoje quem tem acesso a determinados tratamentos pode viver por muito mais tempo com alguma deficiência.

públicas estruturantes para a equiparação de oportunidades (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2007). Para reforçar a ideia de que as limitações do ambiente em que vivem estas pessoas colabora para sua deficiência, a Convenção traz no seu primeiro artigo:

“Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”⁵.

Segundo o Secretariado da OCDE⁶ a proporção das pessoas com deficiência é nitidamente mais elevada nos grupos com menos instrução. Em média, 19% das pessoas menos instruídas têm uma deficiência, em comparação com 11% das mais instruídas. Já o Banco Mundial estima que 20% das pessoas mais pobres tenham algum tipo de deficiência. Segundo PNUD⁷, isto faz com que 80% das pessoas com deficiência vivam nos países em desenvolvimento. Mais uma vez, os mais pobres, em geral menos instruídos, são as vítimas.

Os problemas da população com deficiência no mundo (e principalmente no Brasil) são inúmeros. Quando falamos de educação é só lembrar de quantas crianças com alguma deficiência estudaram com você. Lembrou de alguma? Segundo dados divulgados em 2015 pela SECADI⁸, de 2003 a 2014, a inclusão na educação básica brasileira passou de 29% para 79%, o que significa crescimento de 381%. O número de estudantes, que era de 145.141 no início da década, chega atualmente a 698.768. Mas isso não basta, pois, segundo a UNESCO⁹, nos países em desenvolvimento 90% das crianças que vivem com algum de deficiência não frequentam a escola. Ainda temos um longo caminho pela frente.

Esse é apenas um obstáculo, ter uma educação – mesmo que mínima - mas que permita à pessoa com deficiência procurar emprego. Segundo a OIT¹⁰ cerca de 386 milhões de pessoas em idade de trabalhar são deficientes. Mas em alguns países elas somam 80% dos desempregados. Esses números são justificados com as mais variadas desculpas. Os empregadores acham, com frequência, que as pessoas com deficiência não são capazes de trabalhar, ou, se assumem que são capazes, dizem que os custos da adaptação destas pessoas ao local de trabalho são muito altos. E olha que no Brasil empresas com mais de 100 funcionários são obrigadas a ter em seus quadros pessoas com alguma deficiência. Quem está fiscalizando a Lei?

⁵ Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. -- 4. ed., rev. e atual. – Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011.

⁶ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

⁷ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

⁸ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

⁹ Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO).

¹⁰ Organização Mundial do Trabalho (OIT).

Vencida a batalha da educação e de arrumar o emprego, vem uma outra. Chegar ao emprego, ou melhor, chegar a qualquer lugar. Para falar deste tema quero trazer um rápido relato pessoal.

Em 2007, ao visitar Vancouver, estranhei muito o número de pessoas em cadeira de rodas (99% delas já eram elétricas). Eram muitas para uma cidade daquele porte. Fiquei imaginando durante alguns dias o que poderia ter acontecido para que houvesse tantas pessoas naquele estado. Mas da segunda semana em diante comecei a reparar um pouco mais na cidade, no seu transporte coletivo, na sua arquitetura (aí já havia entrado em diversos lugares, de museu a estação de trem) e caminhado pelas ruas e praças. Foi uma conclusão tão simples que eu, como cientista social, fiquei chateado de não ter visto isso de cara. A cidade é preparada para integrar estas pessoas. Calçadas baixas e lisas, ônibus adaptados, motoristas preparados e pessoas conscientes, que não reclamavam quando perdíamos mais uns 5 minutos para que alguém pudesse subir ou descer do transporte. Isso, sem dúvida, ajuda muito na independência destas pessoas e as fazem mais presentes no nosso dia-a-dia. Comer, ir ao parque, ir para o trabalho ou fazer compras, tudo isso era facilitado pelas políticas públicas.

E aqui no Brasil, como estamos?

Não sou do tipo de pessoa que acha que tudo no mundo é bom, e que nós no Brasil somos um lixo. Não, nada disso, mas com respeito aos direitos das pessoas com deficiência deixamos muito a desejar. Tivemos o estatuto relacionado ao tema aprovado em 2015¹¹, o que pode trazer alguma melhoria na vida destas pessoas. Mas temos de ficar alertas, pois leis são promessas, cumpri-las já é outro desafio.

São muitas as notícias que nos chegam falando de famílias que mantem suas crianças e seus jovens com deficiência em casa, acorrentados como animais, sofrendo todo tipo de maus-tratos. Na verdade, muitas vezes, vivendo pior do que animais. Como se não bastasse, vemos também que inúmeras vezes estas pessoas são vítimas de tipo de abuso: físico, verbal, psicológico, sexual e etc. E isso dentro de casa!

Nas ruas, a situação não é melhor. Os motoristas de ônibus (na maioria das vezes) não param quando veem um deficiente – verdade seja dita, não param também para estudantes e idosos –; quando param, um cadeirante, por exemplo, tem muita dificuldade em subir, pois nossas calçadas são baixas em comparação aos ônibus; muitos elevadores nos ônibus não funcionam; se o motorista tenta ajudar alguém a entrar no ônibus logo ouve reclamações das outras pessoas que estão no ônibus. Como estamos sempre atrasados, não temos tempo para solidariedade e gentilezas.

Quando conseguem pegar um transporte, muitas vezes tem dificuldades para entrar nos locais em que chegam, pode ser um prédio público, bares, restaurantes, cinemas, hospitais, teatros e etc. Nas grandes cidades, é comum também motoristas que colocam seus carros nas calçadas e bloqueiam a passagem de cadeirantes e pedestres; pessoas sem senso de solidariedade e que não se levantam (mesmo estando sentadas em lugares preferenciais) para que outras com alguma necessidade se sentem; os que estão vendo uma pessoa atravessar a rua no sinal e aceleram, colocando ainda mais medo nestas; os que bloqueiam a sinalização nas calçadas feita para deficiente visual e por aí vai...

¹¹http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm - acessado em 5 de setembro de 2016.

Os governos já se mexeram (principalmente o Federal), mas muito timidamente. É preciso mais vontade política, mais ações, mais apoio e mais dinheiro. De outro lado falta carinho, atenção, solidariedade, e sobretudo, mais respeito. É preciso tirar estas pessoas debaixo dos viadutos, de dentro de casa, das quadras, das piscinas, das pistas, das cadeias, das ruas e colocá-las ao nosso lado, o ano inteiro. Pois elas são pessoas como nós.

Quero que o Brasil também obtenha sucesso nos Jogos Paralímpicos. Quero ver uma medalha no peito do Daniel Dias (natação), da Teresinha Guilhermina (atletismo), dos jogadores do futebol de cinco (para deficientes visuais), do Jovane Guissone (esgrima em cadeira de rodas), do Antônio Tenório (judô) e de muitxs outrxs. Mas se dependesse só de mim mesmo, eu mandaria fazer 46 milhões de medalhas para dar uma para cada pessoa com algum tipo de deficiência que consegue viver no Brasil. Que consegue estudar, trabalhar, se locomover, viver, amar e ser feliz, apesar de tudo.

Quem sabe estes Jogos Paralímpicos não sejam o começo de algo novo numa sociedade que insiste em segregar os que considera diferentes, quem sabe!